

## A CONCEPÇÃO DE LEITURA COMPARTILHADA EM DOCUMENTOS OFICIAIS

### THE CONCEPT OF READING SHARED THROUGH OFFICIAL DOCUMENTS

Carla Alessandra Paula da Silva-Menezes<sup>1</sup>

Universidade Federal do Tocantins

Ângela Francine Fuza<sup>2</sup>

Universidade Federal do Tocantins

**Resumo:** Analisa-se a concepção de leitura compartilhada que perpassa os documentos oficiais, em âmbito nacional e estadual. Destacam-se, primeiramente, os pressupostos sobre leitura apresentados nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN, BRASIL, 1998); posteriormente, os presentes na Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017), por fim, no Referencial Teórico do Tocantins (2008) e no Documento Curricular do Tocantins (DCT, 2018). Trata-se de estudo documental que possibilitou constatar, de modo geral, o entendimento da leitura compartilhada como prática social que permite o compartilhamento de saberes entre os sujeitos, garantindo uma dimensão coletiva da leitura, como peça principal na aprendizagem individual e coletiva.

**Palavras-chave:** Leitura compartilhada; Conceitos; Documentos oficiais.

**Abstract:** The concept of shared reading that permeates official documents is analyzed, at national and state levels. Firstly, the reading presupposes presented in the National Curriculum Parameters (PCN, BRASIL, 1998) are highlighted; later, in the Common National Curricular Base (BNCC, BRASIL, 2017), finally, in the Tocantins Theoretical References (TOCANTINS, 2008) and in the Tocantins Curricular Document (DCT, 2018). These are documents studied that made it possible to verify, in general, the understanding of shared reading as a social practice that allows the sharing of knowledges between subjects, guaranteeing a collective dimension of reading, as the main piece in individual and collective learning.

**Keywords:** Shared reading; Concepts; Official Documents.

**Submetido em 29 de agosto de 2019.  
Aprovado em 01 de fevereiro de 2021.**

---

<sup>1</sup> Possui graduação em Letras pela Fundação Ulbra (2006) e é aluna do Mestrado em Letras pela UFT no ano 2020. Atualmente é assessora e coordenadora de polo da Faculdade Sudamerica, professora da Escola Municipal Francisco Martins Noleto. E-mail: [seucorro@hotmail.com](mailto:seucorro@hotmail.com).

<sup>2</sup> Doutora em Linguística Aplicada, pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Professora adjunta da Universidade Federal do Tocantins (UFT), docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGLetras/Porto Nacional) e do Programa de Pós-Graduação em Letras: Ensino de Língua e Literatura (PPGL/Araguaína). E-mail: [angelafuza@uft.edu.br](mailto:angelafuza@uft.edu.br).

## Introdução

Há conceitos de leitura conhecidos pela literatura, pautados na Linguística Aplicada, sob as perspectivas do texto, do leitor e da interação (autor-texto-leitor), discutidas por vários autores, como Dell’Isola (1996), Kleiman (1996; 2000), Leffa (1996) e Menegassi e Angelo (2010). Em face ao que dizem esses estudiosos, centrando-se na perspectiva interacionista, são analisados os documentos oficiais, em âmbito nacional e local, a fim de verificar os conceitos de leitura compartilhada por eles demarcados. Dessa forma, são destacados, primeiramente, os pressupostos sobre leitura compartilhada apresentados nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN, BRASIL, 1998); posteriormente, os presentes na Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017), por fim, no Referencial Teórico do Tocantins (2008) e no Documento Curricular do Tocantins (DCT, 2018)<sup>3</sup>.

Nesse contexto, o ato de ler envolve a forma como o leitor compreendeu a leitura, os conhecimentos intrínsecos pertinentes ao texto, o conhecimento de mundo do indivíduo leitor, além da leitura e interpretação das palavras, pois o que é válido é o valor do leitor a respeito do texto. Por isso, é pertinente afirmar que, para Rojo (2009, p. 77), “nessa abordagem, cujo foco estava no texto e no leitor, na extração de informações do texto, descobriram-se muitas capacidades mentais de leitura, que foram denominadas estratégias (cognitivas, metacognitivas) do leitor”.

Na concepção de Bakhtin (2003[1979], p. 366), uma compreensão ativa, que pode se dar por meio da leitura, “não renuncia a si mesma, ao seu próprio lugar no tempo, à sua cultura, e nada esquece. O importante, no ato de compreensão, é a exotopia do compreendente no tempo, no espaço, na cultura, a respeito do que ele quer compreender”. Assim, para que o falante da língua consiga desenvolver o ato da leitura, é necessário tempo e, principalmente, dedicação para que essa prática aconteça. É por meio da leitura que se possibilita associar o conhecimento de mundo com o conhecimento da palavra, pois só é possível “aprender a ler, lendo”.

---

<sup>3</sup>Os documentos foram ordenados dessa forma, uma vez que os pressupostos postulados pelo Saeb, como a Matriz de Referência da Prova Brasil, tiveram como fundamento as teorias expostas pelos PCNs (BRASIL, 1998), assim como as teorias demarcadas nos currículos estaduais vigentes no Brasil, como as DCEs do Paraná.

Vale ressaltar que, pela leitura, o sujeito consegue atingir um potencial crítico-discursivo. Essa ação é extremamente fundamental e necessária para que o sujeito apreenda o conhecimento do mundo da leitura para expressar seus ideais, opinar criticamente e agregar opiniões acerca do assunto discutido entre os falantes da língua. Por isso, afirma Rojo (2009, p. 79), “a leitura tem sido vista como um ato de se colocar em relação a um discurso (texto) com outros discursos anteriores a ele, emaranhados nele e posteriores a ele, com possibilidades infinitas de réplica, gerando novos discursos/textos.” Assim, tendo em vista as informações apresentadas pela autora, percebe-se que a leitura réplica é o fato do sujeito se posicionar diante do discurso do outro, com base em discursos concebidos anteriormente por outras vozes. Por meio desse conhecimento intrínseco, o falante consegue dialogar e contestar a conversa alheia, esse conhecimento é de extrema importância na construção do discurso.

Diante do exposto, este artigo organiza-se da seguinte maneira: primeiramente, aborda-se a leitura sob a percepção dos PCNs (1998), depois, o que postula a BNCC (2017), levando em consideração os eixos da oralidade e da leitura pela leitura compartilhada. Na sequência, o que afirmam o Referencial Teórico (2008) e o Documento Curricular do Tocantins (2019) sobre leitura. Por fim, à guisa das discussões, destaca-se, de modo geral, o conceito de leitura compartilhada nos documentos oficiais, em quadro comparativo.

## **1 Leitura compartilhada para os PCNs**

O Ministério da Educação e Cultura (MEC) criou documentos oficiais com importante desempenho nas políticas públicas para a educação dos estados da federação. Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs, BRASIL, 1998), criados na década de 1990, foram acolhidos pelos professores da Educação Básica sem resistência. O documento afirma que a principal função da escola é a formação de um cidadão crítico, ético, livre e participativo, construtor de uma sociedade mais justa. No entanto, para que esse cidadão almejado no documento seja construtor do seu próprio discurso, atuante na sociedade, é preciso que sejam garantidos espaços nas aulas para que ele possa questionar, pensar, assumir e criticar valores, normas e direitos.

Segundo Santos (2019, p. 136), “um dos objetivos dos PCN é desenvolver habilidades, as quais devem permitir que os alunos-leitores compreendam e saibam produzir textos orais ou escritos”. Assim, torna-se indispensável dizer que a lógica das

propostas de leitura e escuta é a compreensão ativa e não a decodificação e o silêncio. Ou seja, a razão de ser das propostas de uso da fala e da escrita é a expressão e a comunicação por meio de textos e não a avaliação da correção do produto (BRASIL, 1998, p. 21).

Os PCNs de Língua Portuguesa voltam seu olhar para o ensino de língua materna, para que seja desenvolvido com base em atividades sociais, pois, segundo este, a aprendizagem se dá a partir da construção dos conhecimentos, principalmente, quando há interação social entre os falantes da língua.

Para os PCNs (BRASIL, 1998), o ensino de língua portuguesa apresenta uma visão voltada à necessidade de se trabalhar a linguagem como objeto de estudo, pois se acredita que, por meio dela, realiza-se a interação verbal entre os falantes da língua, dentro de uma visão em que a língua se desenvolve e é aprendida através do uso da linguagem. A partir desse pressuposto, vale afirmar que “o discurso possui um significado amplo: refere-se à atividade comunicativa que é realizada numa determinada situação, abrangendo tanto o conjunto de enunciados que lhe deu origem quanto às condições nas quais foi produzido” (BRASIL, 1998, p. 30).

O trabalho com os PCNs de Língua Portuguesa baseia-se em uma tríade: o aluno, a língua e o ensino. Na primeira, o sujeito aprende e age sobre os objetivos traçados pelo interior de seu conhecimento. Já a segunda tríade, refere-se à Língua Portuguesa, na qual a fala transforma-se no objeto de estudo e nos textos que circulam na sociedade. Por fim, na terceira tríade, o objeto de estudo é o sujeito falante da língua e seu objeto do conhecimento dentro de uma prática educacional.

Nota-se, constantemente, que os Parâmetros Curriculares Nacionais estabelecem uma teoria na qual o leitor competente é aquele que consegue, pelos próprios esforços, escolher o que lê dentro de textos que circulam na sociedade, de forma que atenda às suas necessidades. Segundo Santos (2019, p. 40), “antes mesmo do documento oficial (PCN), Freire (1989) afirmou que ler não é decifrar letras e palavras, é compreender o mundo e espalhar sua palavra sobre ele, agir no mundo como um ser social”. Nesse sentido, a leitura como processo leva o leitor a realizar um trabalho intenso de construção de significados para o texto. Desse modo,

A leitura é o processo no qual o leitor realiza um trabalho ativo de compreensão e interpretação do texto, a partir de seus objetivos, de seu conhecimento sobre o assunto, sobre o autor, de tudo que sabe sobre a linguagem etc. não se trata de extrair informações, decodificando letra por letra, palavra por palavra. Trata-se de

uma atividade que implica estratégias de seleção, antecipando, inferência e verificação, sem as quais não é possível proficiência. É o uso desses procedimentos que possibilita controlar o que vai ser lido, permitindo tomar decisões diante de dificuldades de compreensão, avançar na busca de esclarecimento, validar no texto suposições feitas. (BRASIL, 1998, p. 69-70).

Nessa linha de raciocínio, para os PCNs (BRASIL, 1998), cabe ao ensino de língua portuguesa possibilitar aos estudantes práticas de leitura e escrita que desenvolvam uma postura crítica dos alunos diante dos fatos, das interações entre autor, texto e leitor, por exemplo. O professor deve considerar as diferentes práticas de letramento, ou seja, as diferentes formas de interagir por meio da oralidade, leitura e escrita em práticas sociais, de acordo com o contexto em que a linguagem é utilizada.

A partir do que foi dito, percebe-se que o documento prioriza as práticas de linguagem voltadas à interação, as quais conduzem o leitor a aquisições de informações e fazem com que ele desenvolva seu discurso, tudo isso através do ato de ler e interpretar. Assim, o sujeito possui conhecimentos intrínsecos e exteriores à sala de aula, pois vive em um mundo socialmente integrado que o possibilita realizar diversas leituras, depreende-se, portanto, que o ser humano não é alheio à sociedade em que vive, de forma que, mesmo sem interferir nas atividades que o meio lhe oferece, o sujeito envolvido consegue fazer uma leitura do que está a sua volta. Partindo deste pressuposto, apreende-se que todo leitor faz primeiro a leitura do mundo em que vive, depois, consegue associar sua vivência à leitura da palavra.

Os PCNs de Língua Portuguesa indicam o trabalho com as práticas de linguagem, à luz dos gêneros do discurso. O trabalho no componente curricular de Língua Portuguesa deve ser capaz de contribuir com a formação e o desenvolvimento do aluno em leitura e escrita. Assim, a partir disso, a leitura colaborativa é pensada e planejada, pois o professor direciona leituras diversas aos alunos ou lê um determinado gênero discursivo em sala. Assim, esta estratégia de ensino leva os alunos a inferir, levantar questionamentos acerca da leitura, possibilitando-lhes produzir sentidos para a leitura.

Por meio da leitura colaborativa, a aula é conduzida e é uma estratégia didática no desenvolvimento do trabalho de formação de leitores responsivos e ativos. Como afirmam os PCNs (BRASIL, 1998):

É particularmente importante que os alunos envolvidos na atividade possam explicitar para os seus parceiros os procedimentos que utilizam para atribuir sentido ao texto: como e por quais pistas linguísticas lhes foi possível realizar tais ou quais

inferências, antecipar determinados acontecimentos, validar antecipações feitas, etc. (BRASIL, 1998, p. 33).

A leitura compartilhada ou colaborativa, segundo os PCN de Língua Portuguesa (BRASIL, 1998, p. 72) é “uma atividade em que o professor lê um texto com a classe e, durante a leitura, questiona os alunos sobre os índices lingüísticos que dão sustentação aos sentidos atribuídos”. Trata-se de estratégia didática que tem muito a contribuir para a formação do aluno, tendo em vista que ele pode interrogar o texto, abordar a diferenciação entre realidade e ficção, inferir a respeito da intenção do autor etc., levando à compreensão crítica sobre o que se lê.

De acordo com o exposto, a leitura compartilhada conduz o leitor a falar e compartilhar informações descobertas nos textos lidos e analisados. Por meio dela, o aluno consegue identificar-se e ressignificar-se, sendo ela, de natureza pessoal ou coletiva, por isso, a leitura é de cunho social de cada indivíduo.

## **2 A leitura compartilhada na Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017)**

Na Base Nacional Comum Curricular (BNCC, BRASIL, 2017), “a leitura compreende as práticas de linguagem que decorrem da interação ativa do leitor/ouvinte/espectador com os textos orais, escritos e multissemióticos” (BRASIL, 2017, p. 69). O professor no ensino de Língua Portuguesa, de acordo com a BNCC, procura conduzir suas aulas para que os alunos consigam desenvolver competências e habilidades leitoras e escritoras.

Segundo a BNCC (2017, p. 8), competência é definida como “mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), e habilidades como práticas cognitivas e socioemocionais, atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho”. Diante desse documento, cabe à escola uma demanda pedagógica voltada para os objetos do conhecimento que levem o aluno a agir responsivamente em determinado tipo de situação.

Com a implantação da BNCC (2017), demandam-se novos estudos do Letramento como uma ação de uso de práticas sociais que envolvem o uso da leitura e da escrita. Segundo Soares, (2004, p. 79) “a alfabetização é a ação de ensinar e aprender a ler e a escrever ao tempo que letramento é o estado ou condição de quem não apenas sabe ler e escrever, mas cultiva e exerce as práticas sociais que usam a escrita”. Diante

do que foi mencionado, é válido ratificar que não basta apenas decifrar o código, porém, é necessário entendê-lo e interpretá-lo. Colomer (2007, p. 46) “propõe que a leitura se trata de uma aprendizagem social e afetiva e que a leitura compartilhada é à base da formação de leitores”. Com base no que a autora expõe sobre a leitura compartilhada, entende-se que é relevante o papel da leitura como prática social, pois, por meio dela, o falante mantém contato com outros falantes, ouve as informações e constrói suas ideias, produzindo seu discurso a partir de mais informações que o contato compartilhado proporciona.

De acordo com a BNCC (2017, p. 97), entende-se como leitura compartilhada o ato de “ler e compreender, em colaboração com os colegas e com a ajuda do professor e, mais tarde, de maneira autônoma [...]”. Por essa razão, o eixo de leitura/escuta compartilhada e autônoma não pode ser desconsiderado nas aulas de leitura. O ato de ouvir/escutar promove a relação com o texto, tornando a mediação entre ambos imprescindíveis. Para que tudo isso seja realizado, o meio empregado pode ser a leitura compartilhada.

A BNCC traz o eixo de leitura e escuta compartilhada autônoma como de fundamental importância, considerando-se que esse eixo possui um papel essencial para promover o partilhar entre os sujeitos, a partir deles são construídos e reconstruídos diversos sentidos, os quais garantem a dimensão coletiva da leitura, como peça principal na aprendizagem individual e coletiva. Vale ressaltar que, para ensinar a ler, é necessário, além de interagir com os textos, também estabelecer uma relação com outros leitores e, por meio da oralidade, possibilitar o despertar, o desejo de aprender, de buscar algo novo que é atingido em torno do compartilhar dos textos e das opiniões.

No documento, as práticas de linguagem decorrem da interação, ao fazer uso de textos escritos, orais e multissemióticos e de sua interpretação. No Quadro 1, destacam-se alguns os gêneros contemplados para o 5º ano do Ensino Fundamental, segundo a BNCC.

<b>Gêneros no eixo de leitura e escuta compartilhada e autônoma na BNCC</b>	
<b>PRÁTICAS DE LINGUAGEM</b>	<b>GÊNEROS NA BNCC</b>
CAMPO DA VIDA COTIDIANA	Anedotas, piadas e cartuns;
CAMPO DA VIDA PÚBLICA	Jornalística, publicitária, política, jurídica e reivindicatória; Notícias; reportagens; cartas do leitor (revista infantil); Sites, Estatuto da Criança e do Adolescente; abaixo-assinados; cartas de reclamação, regras e regulamentos.
CAMPO DAS PRÁTICAS DE ESTUDO E PESQUISA	Verbetes de dicionário; Gráficos ou tabelas.

CAMPO ARTÍSTICO-LITERÁRIO	Lendas, Mitos, Fábulas, contos, crônicas, canção, poemas, cordéis, quadrinhos, tirinhas, charge;
---------------------------	--

**Quadro 1.** Gêneros contemplados na BNCC no 5º ano do Ensino Fundamental.

**Fonte:** As autoras, a partir de <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/bncc-20dez-site.pdf>.

Na BNCC (2017), as práticas de linguagem são organizadas segundo campos de atuação e, em seu interior, destacam-se os gêneros no âmbito das habilidades. Para que o processo de ensino e aprendizagem aconteça, prescinde-se que os gêneros apresentados, nos anos iniciais, sejam abordados, dentre outras práticas, por meio da leitura compartilhada. Este prevê, então, o diálogo entre os sujeitos, correspondendo aos dizeres de Bakhtin (2003[1979], p. 72) quando afirma que “A estrutura da enunciação é uma estrutura puramente social. A enunciação como tal só se torna efetiva entre falantes”.

Nessa linha de pensamento, considera-se que o ensino de Língua Portuguesa está associado à prática da leitura. O ensino da língua no documento concebe a linguagem como produto da interação verbal. E, no contexto de sala de aula, o professor tem como apoio para o trabalho com diferentes gêneros discursivos, o livro didático, aprovado pelo Plano Nacional do Livro Didático (PNLD), já contemplando os campos de atuação e objetos do conhecimento a serem desenvolvidos em cada ano da vida escolar do aluno.

Na vida social dos estudantes, os discursos encontram-se enraizados em diversos gêneros que são utilizados diariamente, por isso, para que haja o desenvolvimento e a interação em sala de aula, espera-se que os conhecimentos de mundo sejam levados em consideração pelo professor, uma vez que a noção de gênero discursivo remete às vivências reais e concretas. Neste caso, os gêneros são utilizados como fruto de uma discussão sócio-discursiva, os quais possibilitam a interação entre os falantes da língua. Sob essa ótica, Bakhtin (2003[1979]) afirma que:

Esses enunciados refletem as condições específicas e as finalidades de cada referido campo não só por seu conteúdo temático e pelo estilo da linguagem, ou seja, pela seleção de recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais da língua, mas acima de tudo, por sua construção composicional. Todos esses três elementos – o conteúdo temático, o estilo, a construção composicional - estão indissolivelmente ligados ao todo do enunciado e são igualmente determinados pela especificidade de um determinado campo da comunicação (BAKHTIN, 2003[1979], p. 261-262).



Com base no exposto, o sujeito se comunica por meio do gênero discursivo, por isso, na sala de aula, o professor pode trabalhar com as práticas de linguagem de modo que explore os três elementos constituintes do gênero – o conteúdo temático, o estilo e a construção composicional. A BNCC determina, então, que o estudo da língua deva ser centrado nos gêneros discursivos disponíveis em diferentes suportes, incluindo também, na sexta competência da BNCC, os gêneros digitais, bem como todos que circulam socialmente.

Por fim, segundo o documento nacional (BNCC, 2017), que determina como se deve proceder com o ensino de Língua Portuguesa, as competências e habilidades de cada área de conhecimento e componente curricular levarão os alunos, no decorrer do Ensino Fundamental, a compreender a linguagem como construção humana, histórica, social e cultural, através do conhecimento e exploração das diversas práticas de linguagens.

### **3 A leitura compartilhada nos documentos oficiais do Tocantins: Referencial Teórico (2009) e o Documento Curricular do Tocantins (2018)**

Ao analisar os documentos oficiais tocantinenses, percebe-se que eles foram criados, com o intuito de afirmar e consolidar poder de eloquência na organização do trabalho sistêmico de muitos professores e alunos que buscavam mudanças nesse cenário. O primeiro documento, intitulado Referencial Curricular do Tocantins (TOCANTINS, 2009), foi criado e utilizado, durante anos, como fonte de trabalho e referência na pesquisa. O Referencial Curricular buscava fazer com que a educação atuasse no processo de modificação da realidade local.

Nesse sentido, orientava que as escolas cumprissem com seu papel legal: “formar cidadão capaz de entender e interpretar a ciência, as tecnologias, as artes, a diversidade humana e os valores éticos, políticos e estéticos, para assumir de fato seu papel na construção de uma sociedade mais justa e solidária” (TOCANTINS, 2009, p. 13). Ao considerar a realidade tocantinense, os objetivos do documento focam na resolução dos problemas que afligiam a população do Estado.

Criado com base nos PCNs (BRASIL, 1998), a estrutura do Referencial Curricular baseou-se em eixos norteadores que, por sua vez, subdividiam-se em competências, habilidades e conteúdos programáticos mínimos a serem atingidos. O documento oficial busca como referência teórica explicativa a teoria vygostskyana

(sócio-interacionista). Assim, constrói-se a perspectiva de que o sujeito possui um conhecimento antes do conhecimento escolar e que o desenvolvimento do ser está ligado ao nível de aprendizagem que permeia no meio social no qual o sujeito está inserido, pois já possuem valores, outros conhecimentos socioculturais que precedem ao conhecimento da palavra (FREIRE, 1989).

A aprendizagem e o desenvolvimento, segundo Vygotsky (1984), estão entrelaçados, pois o falante possui conhecimento de mundo e valores culturais que devem ser valorizados. Partindo do exposto, é válido afirmar que:

As aprendizagens que os alunos realizam na escola serão significativas na medida em que eles consigam estabelecer relações entre os conteúdos escolares e os conhecimentos previamente construídos, que atendam às expectativas, intenções e propósito de aprendizagem do aluno. (TOCANTINS, 2009, p. 72).

Dessa maneira, a aprendizagem do aluno acontece antes mesmo do conhecimento adquirido na escola, pois todas as informações precedentes à vida escolar validam-se dentro de um contexto sócio-histórico-cultural.

No Referencial Curricular (TOCANTINS, 2009), um dos pontos fundamentais no currículo de Língua Portuguesa é a leitura, a partir dela, é possível conhecer o mundo e, neste documento, enfatiza-se que o aluno seja capaz de perceber as marcas deixadas pelo autor, de modo que ele consiga identificar as marcas implícitas no texto, sem que ninguém interfira na sua tomada de posicionamento, que o aluno consiga apropriar-se da ideia central e essa tomada de posição seja uma reflexão particular. Para o ensino de língua, deve-se levar em consideração habilidades relacionadas à oralidade, escuta, leitura, escrita e estudo da língua. Não há definições claras, no documento, a respeito da compartilhada, trata-se apenas da leitura, em âmbito geral.

O Documento Curricular do Tocantins (DCT, TOCANTINS, 2019) foi elaborado a partir da BNCC (BRASIL, 2017). A construção desse documento foi desenvolvida por um grupo de estudiosos de cada área do conhecimento, com participação dos municípios e professores (consulta pública) para se chegar à versão final. Na apresentação do DCT (TOCANTINS, 2019), constam-se as seguintes informações básicas:

A busca por uma sociedade mais justa e equitativa pressupõe a participação ativa da educação como projeto de estado e nação. Por isso, ao longo dos últimos quatro anos diversos profissionais debruçaram-se em análises e revisões do projeto educacional,

iniciando-se, no ano de 2015, pelas discussões da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), documento normativo que estabelece os aprendizados mínimos essenciais que as crianças e estudantes de todo o Brasil devem desenvolver. O Estado do Tocantins, em regime de colaboração com seus 139 municípios, consolidou o Documento Curricular do Tocantins, aprovado e homologado pelo Conselho Estadual de Educação do Tocantins, por meio da Resolução nº 24, de 14 de março de 2019. O Documento Curricular do Tocantins divide-se em quatro cadernos destinados às duas primeiras etapas da educação básica, sendo um da educação infantil, organizado em cinco capítulos, a saber: Educação infantil como política; Diversidade e identidade cultural do Tocantins; Os profissionais e formação docente; Organização do trabalho pedagógico; Os direitos de aprendizagem e as experiências cotidianas. Os demais cadernos destinam-se ao ensino fundamental, estruturados por competências e habilidades e organizados por área de conhecimento: Linguagens; Ciências Humanas e Ensino Religioso; Ciências da Natureza e Matemática (DCT, 2019, p. 11).

O Documento Curricular do Tocantins, com base na BNCC, identifica que a área de Linguagens é composta pelos componentes curriculares Língua Portuguesa, Língua Inglesa, Arte e Educação Física, conforme se observa:

Esses componentes contribuem para a formação social do ser humano, que cotidianamente, interagem por meio das diversas linguagens: verbal (oral ou visual-motora, como Libras e escrita), corporal, visual, artística, sonora e digital, que permitem aos estudantes ampliar suas capacidades expressivas em manifestações artísticas, corporais e linguísticas (DCT, 2019, p. 18).

Segundo Fuza, Ohuschi e Menegassi (2011), citados no DCT (TOCANTINS, 2019, p. 18), “os professores, com suas posturas políticas, estão inseridos em uma sociedade que se comporta coerentemente com o momento vivenciado no país”. Neste momento, é a partir do texto que os professores devem conduzir suas aulas no componente curricular de Língua Portuguesa. Esse componente está organizado em eixos de ensino, integrados entre si. Os eixos norteadores são: Prática de Escuta de Textos Oraís, Prática de Leitura de Textos, Prática de Escrita e Produção de Textos e Prática de Análise Linguística.

Este trabalho volta-se à leitura de textos escritos; em relação à competência leitora, o documento sugere segmentos didáticos a serem trabalhados com os alunos, como: leitura autônoma, a leitura em voz alta, a leitura programada, a de escolha pessoal, inspeccional, tópica, leitura de revisão e a leitura colaborativa, a qual é objeto de estudo neste artigo.

A leitura colaborativa é aquela que leva o aluno a desenvolver habilidades em leituras mais complexas sob a mediação do docente. Assim, a partir da mediação, o

aluno conseguirá inferir sentido ao texto. Desse procedimento, resulta a compreensão crítica leitora de cada sujeito presente na sociedade. E, para que isso aconteça, são necessárias algumas estratégias de atividades permanentes de leitura, como sequenciação de leitura, projetos, círculo de leitura e visitar bibliotecas, enfim, diversas possibilidades de transformar o ambiente escolar e seus alunos em uma cultura letrada.

Nesse sentido, o DCT (2019) propõe que sejam desenvolvidas práticas educacionais que envolvam uma atitude voltada para a interação, buscando novos objetivos e abordagens metodológicas adequadas para o trabalho em sala de aula. Então, ao se pensar na interação como um processo social, os textos são utilizados como unidades de trabalho que estreitam essa relação em sala, pois por meio deles os alunos podem desenvolver habilidades para o uso expressivo da linguagem em atividades compartilhadas de leitura, escuta e produção de texto.

Vale ressaltar que, com um novo olhar para a educação tocantinense, o DCT (2019) busca mostrar, de forma efetiva, que no Estado há uma necessidade em atender os demais contextos presentes no cenário tocantinense, como as comunidades escolares indígenas, quilombolas e rurais; cada uma com seu histórico social-cultural. Dessa maneira, como em muitos locais não se consegue trabalhar todos os gêneros, principalmente os digitais, devido à situação que cada grupo vive, o professor é orientado a desenvolver o seu trabalho, através de atividades voltadas para a realidade local de cada comunidade a qual está inserida.

Neste documento, há a presença dos Campos de atuação (Campo da vida cotidiana, Campo artístico-literário, Campo das práticas de estudo e pesquisa e Campo de atuação na vida pública) que organizam as práticas de linguagem: leitura de textos, produção de textos, oralidade e análise linguística/semiótica.

Para finalizar, o DCT (TOCANTINS, 2019) assevera que o trabalho com Língua Portuguesa é alicerçado através dos gêneros discursivos nas práticas de linguagem. Dessa forma, o documento contempla práticas de linguagem que assumam as perspectivas enunciativo-discursivas, ou seja, os textos devem ser relacionados aos seus contextos de produção e desenvolvimento de habilidades, que levem o aluno ao uso significativo da linguagem, por meio da escuta, leitura e produção de textos em diversas mídias e semioses.

#### 4 O conceito de leitura nos documentos oficiais

Ao longo das análises, foi possível verificar a perspectiva interacionista (DELL'ISOLA, 1996; KLEIMAN, 1996; 2000; LEFFA, 1996; MENEGASSI, ANGELO, 2010) perpassando a prática de leitura e, conseqüentemente, de leitura compartilhada. No Quadro 2, são destacadas as características sobre a leitura compartilhada no interior dos documentos oficiais.

<b>Aspectos teóricos sobre leitura compartilhada nos documentos oficiais</b>		
<b>Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN (1998)</b>	<b>Base Nacional Comum Curricular – BNCC (2017)</b>	<b>Referencial Curricular (TOCANTINS, 2008) / Documento Curricular (DCT, 2019)</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Leitura compartilhada/colaborativa como atividade em que o professor lê um texto com a classe e, durante a leitura, questiona os alunos sobre os índices lingüísticos que dão sustentação aos sentidos atribuídos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Leitura compartilhada como o ato de ler e compreender, em colaboração com os colegas e com a ajuda do professor e, mais tarde, de maneira autônoma</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Leitura compartilhada como um dos segmentos didáticos a serem trabalhados com os alunos.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Leitura compartilhada é estratégia didática que tem muito a contribuir para a formação do aluno, tendo em vista que ele pode interrogar o texto, abordar a diferenciação entre realidade e ficção, inferir a respeito da intenção do autor etc., levando à compreensão crítica sobre o que se lê.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>eixo de leitura/escuta compartilhada e autônoma não pode ser desconsiderado nas aulas de leitura</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>leitura colaborativa é aquela que leva o aluno a desenvolver habilidades em leituras mais complexas sob a mediação do docente</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Leitura compartilhada conduz o leitor a falar e compartilhar informações descobertas nos textos lidos e analisados.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>O ato de ouvir/escutar promove a relação com o texto, tornando a mediação entre ambos imprescindíveis</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Leitura colaborativa resulta na compreensão crítica leitora de cada sujeito presente na sociedade</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Por meio dela, o aluno consegue identificar-se e ressignificar-se, sendo ela, de natureza pessoal ou coletiva, por isso, a leitura é de cunho social de cada indivíduo.</li> </ul>		

**Quadro 2: Algumas considerações sobre leitura compartilhada nos documentos oficiais**

Fonte: As autoras (2021).

De modo geral, após o levantamento dos aspectos presentes nos documentos oficiais que fundamentam o trabalho com a leitura, constata-se que a visão de leitura é entendida como um processo ativo de construção de significados/sentidos para o texto. Ainda mais, com base na teoria bakhtiniana, ratifica-se que é por meio do uso da linguagem que os sujeitos se interagem, é por ela que há comunicação entres os indivíduos pertencentes a um grupo sociocultural, de modo que, por meio dessa comunicação, há interação dentro de uma situação social. A partir dos PCNs (BRASIL, 1998), as características de tal conceito de leitura vão sendo ampliadas e desenvolvidas, e confirmadas nos documentos oficiais do Tocantins, tanto no Referencial Curricular (TOCANTINS, 2008) quanto no atualizado, a partir da BNCC (BRASIL, 2017), Documento curricular (DCT, 2019), reorganizado depois de dez anos de atuação, de modo que pudesse atingir todas as comunidades e situações vividas pelos tocaninenses ao fundamentar a prática da leitura no contexto escolar.

Assim como Fonseca e Fuza (2016), neste estudo, considera-se que a leitura é uma das práticas que compõem o ensino e a aprendizagem da língua materna, é um processo que perpassa etapas e que deve levar à formação de um sujeito crítico. Assim, por meio desse pensamento, é possível perceber que o sujeito é um ser social que, ao se posicionar socialmente, estabelece um pensamento crítico.

Destarte, ao se pensar em leitura compartilhada, com base nos documentos, observa-se que ela é uma prática voltada para o ensino e aprendizagem da língua materna, e compreendida como um processo de interação verbal entre os indivíduos, ao perpassar etapas que conduzem o indivíduo a se tornar crítico. Em sala de aula, portanto, ao se planejar uma atividade de leitura com base nos documentos oficiais, tal atividade possibilita o diálogo com o compartilhamento de conhecimento, configura o aluno como um ser detentor do seu saber e dizer. Dessa maneira, confirma-se que é por meio da prática da leitura que se consegue atingir outras práticas, pois tudo envolve o ato de ler, seja ele escrito ou por meio de leitura visual de imagens. Então, ao buscar desenvolver as práticas de linguagem, o aluno consegue atingir um bom nível de ensino e aprendizagem, que necessita da mediação do professor para que esse elo entre o aluno e o desenvolvimento das práticas tenha sequência ativa.

## Referências

- ANGELO, C. M. P.; MENEGASSI, R.J. A produção escrita e o trabalho docente na sala de apoio. *Alfa*, São Paulo, v. 60, n.3, p. 475-506, 2005.
- BAKHTIN, M. Os gêneros do discurso. *In: BAKHTIN, M. Estética da criação verbal*. Tradução do russo por Paulo Bezerra. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1979/2003 p. 237-240.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular* (versão preliminar). 2015. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/#/site/inicio> Acesso em: 21 set. 15 e Acesso em: 20 mai. 17.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares da Educação Nacional - Língua Portuguesa*. Secretaria de Educação Fundamental –SEF. Brasília, DF: MEC, 1998.
- COLOMER, T. *Andar entre Livros*. São Paulo. Global. 2007.
- DELL'ISOLA, R. L. P. A interação sujeito-linguagem em leitura. *In: MAGALHÃES, I. (org.). As múltiplas faces da linguagem*. Brasília: UNB, 1996.
- FONSECA, da S. R. FUZA, A. F. *Conceitos de Leitura em documentos oficiais Nacionais e Estaduais*. 2016, Revista Desafios, Porto Nacional-TO, 2016.
- FREIRE, P. *A importância do ato de ler: em três artigos que se completam*. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1989.
- FUZA, A. F. *O conceito de leitura da Prova Brasil*. 2010. 108 f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Estadual de Maringá, Maringá, PR, 2010.
- FUZA, A. F.; MENEGASSI, R. J.; OHUSCHI, M. C. G. *Concepções de linguagem e o ensino da leitura em língua materna*. *Linguagem & Ensino*, Pelotas, v.14, n.2, p. 479-501, jul/dez. 2011.
- KLEIMAN, A. *Oficina de leitura: teoria e prática*. Campinas, SP: Pontes, 1996.
- LEFFA, V. J. *Aspectos da leitura*. Porto Alegre: Sagra Luzzano, 1996.
- MENEGASSI, R. J.; ANGELO, C. M. P. Conceitos de leitura. *In: MENEGASSI, R. J. (org.) Leitura e ensino*. 2. ed. Maringá: Eduem, 2010. p.15-40.
- ROJO. *Letramentos múltiplos, escola e inclusão social*. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.
- SANTOS, M. G. A. *Ordenação e Sequenciação de Perguntas de Leitura para o gênero discursivo crônica no 9º ano do Ensino Fundamental*, 2019. 200 f, Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal do Tocantins, Porto Nacional, TO, 2019.
- SOARES, M. *Letramento e alfabetização: as muitas facetas*. *Revista Brasileira de Educação*, nº 25, jan./fev./mar./abr., 2004, p. 5-17.

SOLÉ, I. *Estratégias de leitura*. 6.ed. Porto Alegre: ArtMed, 1998, p. 41-42.

TOCANTINS, Secretária de Estado da Educação e Cultura. *Documento Curricular do Tocantins*. Secretária de Estado da Educação e Cultura – TO. 2018.

TOCANTINS, Secretária de Estado da Educação e Cultura. *Referencial Curricular do Ensino Fundamental das escolas públicas do Estado do Tocantins: Ensino Fundamental do 1º ao 9º ano*. 2ª Edição / Secretaria de Estado da Educação e Cultura. - TO: 2009, p. 281.